Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fisco cobra adicional previdenciário do setor de agronegócio 4

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Legalidade ou ilegalidade: o falso impasse das empresas offshores (Artigo) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Regulamentação do mercado de precatórios - CLAUDIA SAFATLE 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Desoneração prorrogada 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Suspender emendas do relator ameaça contratos sobre dados da Previdência, diz INSS 8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Vereadores aprovam, sem alterações, reforma da Previdência 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Fundações miram previdência de Estados e municípios 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Situação fiscal de Estados deve ser vista com cautela 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Bolsonaro amplia prazo para que 17 setores recolham contribuição previdenciária 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Atenção ao custo da inflação (Editorial) 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro lança incentivo a doação de alimento 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"País se viciou em resolver a gestão com leis e PECs" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Precificação de carbono ajuda no clima, mas aumentaria a desigualdade global 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Bolsonaro desdenha de Moro: "Aprendeu nada" 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Fantasma dos anos 80 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Ajuda para a PEC dos Precatórios 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
R$ 9 bilhões para Auxílio Brasil 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
BC terá que subir mais os juros para segurar inflação 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Guedes critica pessimismo 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
ECONOMIA
Inflação de outubro é a mais alta desde 2002 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Com reforma, ações na Justiça caem, mas alta no emprego não aconteceu 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Guedes admite que economia vai desacelerar por causa da alta dos juros 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Bolsonaro não tem plano para 2022 - VINICIUS TORRES FREIRE 32

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
O Brasil real continua travado (Editorial) 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
PEC é limite para risco fiscal, diz chefe do BC 34

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Juro é a única arma ao alcance para conter a inflação descontrolada (Editorial) 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
A desmoralização do teto de gastos - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Precatórios adiados abrem orçamento extra para outros Poderes 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Reação negativa a PEC pode anular impacto sobre PIB 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Proposta para precatórios não é calote e economia vai crescer, garante Guedes 40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Presidente faz mal para a economia, diz The Economist 41

Fisco cobra adicional previdenciário do setor de agronegócio

Adriana Aguiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Legalidade ou ilegalidade: o falso impasse das empresas offshores (Artigo)

BRUNO JUNQUEIRA EIGORMAIO*

Apesar de pouco utilizadas pela maior parte dos indivíduos, as empresas offshores são bastante conhecidas, face à intensa profusão de material acerca delas, seja com conteúdo fictício ou não.

Recentemente, um caso trouxe novamente o temaàtona, quando, em razão da operação Pandora Papers, descobriu-se que tanto o ministro da economia, Paulo Guedes, quanto o presidentedo Banco Central, Roberto Campos Neto, possuem empresas offshores, em paraísos fiscais.

O debate midiático foi intenso quanto à situação societária internacional dosdois agentes públicos, sendo que muito se falou em conflito de interesses e possíveis ilegalidades. Essa não foi a primeira vez que esse tipo de empresa ganhou as capas dos jornais ao lado do nome de políticos, nem mesmo inédito o questionamento acerca da legalidade do instrumento/veículo.

Nesse sentido, é importante que observemos a definição de empresa offshore, que em muitos dos casos é deixada de lado.

Pois bem, offshore é tão somente a empresa que está fora da jurisdição do país de residência do seu proprietário. Veja-se, a palavra offshore, importada do idioma da rainha, significa fora do porto, ou seja, no além mar.

É notórioque não podemos afirmar quetoda offshore constituída no mundo foi utilizada para fins lícitos. Entretanto, diverso do que se faz acreditar pelafala de alguns, a empresa offshore em si, não tem qualquer caráter ilícito.

A ilicitude, nesses casos, é derivada do agente, ou seja, daquele que constitui a empresa com a finalidade de esconder, lavar dinheiro ou sonegar imposto. Sendo assim, aceitar ou afirmar que empresas offshore são estruturas ilegais, ou somente utilizadas para evasãofis-cal é uma falácia.

Em verdade, a estrutura é uma viável forma de planejamento tributário, principalmente, quando se busca acessar mercados estrangeiros. Pela utilização da empresa em determinadas jurisdições, em especial com aquelas que o Brasil mantem acordo contra a bitributação, uma vezque é possível a obtenção de reduções lícitas na carga tributária incidente sobre o lucro líquido da empresa controlada/coligada.

As offshores podem ainda ser utilizadas para investimentos por pessoas físicas em merca-dosinternacionais, sendo a empresa criada para a gestão da carteira de investimentos no exterior. Além disso, a estrutura ainda poderá se beneficiar das vantagens tributárias que podem existir no país em que esteja constituída. Nessa organização, apenas a título exemplifica-tivo, poderíamos ter uma estrutura semelhante à de uma holding pura, constituída em país tributariamente mais viável para a operação.

Além disso, para determinar a constituição da empresa, mostra-se necessário o estudo quanto àsjurisdições e suas respectivas vantagens e desvantagens, além dos custos anuais da empresa, e eventuais obrigações acessórias tributárias, que variam conforme a territorialidade.

Porfim, restará ainda obrigatório perante a **Receita Federal do Brasil**, a declaraçãoquanto à empresa offshore, na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, e eventuais remessas financeiras sempre que feitas com destino ou com origem do Brasil, ou dedistribuição de lucrosaoacionista brasileiro. Éainda imperioso declarar a existência da offshore para o Banco Central, quando a empresa tiver patrimônio líquido equivalente a $ 1.000.000,00 (um milhão dólares), conforme art. 2° da Resolução n° 3.854/2010.

Desta feita, observa-se que a empresa offshore é instrumento lícito e viável, e quando bem utilizada constitui interessante prática de planejamento tributário, principalmente para o acesso de ativos no exterior. *

*Advogados do escritório BLJ Direito e Negócios

Regulamentação do mercado de precatórios - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Desoneração prorrogada

cristiane noberto

Os 17 setores hoje beneficiados com a desoneração da folha de pagamento terão o benefício estendido até 2023. O anúncio foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro, ontem, em evento no Palácio do Planalto. Os setores são os que mais empregam na economia brasileira. De acordo com o chefe do Executivo, a prorrogação do prazo ajudará a gerar postos de trabalho.

"Quando se fala em alimentação, emprego, é alimentação. Quem não tem emprego tem dificuldade de se alimentar, obviamente. Reunido com a (ministra da Agricultura) Tereza Cristina, nosso prezado ministro (da Economia) Paulo Guedes, e mais uma dezena de empresários do setor produtivo, resolvemos prorrogar a desoneração da folha de pagamento por mais dois anos. Quem se eleger em 2022 vai ter 2023 todinho para resolver essa questão da folha", afirmou o mandatário.

Com a desoneração, as empresas podem optar por fazer a contribuição à **Previdência Social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o faturamento, em vez do tradicional desconto sobre os salários. Com isso, ela tende a beneficiar os setores intensivos em mão de obra, como a construção civil, que emprega grande quantidade de trabalhadores de baixa qualificação.

Na avaliação de Wagner Gonçalves da Silveira Júnior, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF), a desoneração da folha de pagamento é extremamente importante neste momento de saída da pandemia. De acordo com o empresário, muitos setores foram afetados com as paralisações. "Isso acarretou aumento de custo e, às vezes, queda de faturamento. Trocando a contribuição sobre a folha pela alíquota única sobre o faturamento total da empresa, fica uma coisa menos onerosa. Por isso, a importância da prorrogação por mais dois anos", disse."Houve alguns setores mais privilegiados que outros. Alguns que deveriam ser abrangidos e não estão", disse o presidente do CDL-DF.

Reforma

Por conta disso, Silveira aponta que a melhor saída para acabar com os problemas é a **reforma tributária**. "Aí, acabaria a guerra fiscal entre os estados, e o imposto seria adequado à realidade mundial. Aqui, muitos pagam muito, e poucos pagam nada. Essa é a realidade", opinou.

No setor de transportes, empresários dizem que a medida chegou em boa hora. Segundo Letícia Pineschi, conselheira e porta voz da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrasti), a prorrogação vai permitir a retomada do setor, inclusive impulsionando contratações.

"Mesmo com as dificuldades e o faturamento ainda um pouco abaixo do período pré-pandemia, o setor está em contínuo crescimento. Estamos, também, iniciando um período de alta temporada e há necessidade de readequação de frota e quadro de funcionários. Dessa forma, toda medida que possa minimizar o custo sobre a mão de obra é extremamente importante", disse Letícia. "A medida também é importante no ponto de vista de recuperar a receita da categoria de rodoviários. Como bem se sabe, cada trabalhador é responsável pelo sustento de, pelo menos, outras quatro pessoas. Isso colabora com a economia do país", acrescentou.

Suspender emendas do relator ameaça contratos sobre dados da Previdência, diz INSS

Mateus Vargas

A suspensão da execução de verbas ligadas às emendas do relator não atinge apenas as negociações do governo Jair Bolsonaro (sem partido) com o Congresso.

Em ofícios enviados ao Ministério da Economia, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) apontou que pode deixar de cumprir com contratos de ações estratégicas, como da Dataprev, empresa pública que mantém toda a base de dados da Previdência.

Esse impacto ocorre porque R$ 350 milhões em verbas de emendas do relator foram incorporadas ao orçamento do instituto para cobrir despesas discricionárias, como contratação de serviços.

Em outros ministérios, os recursos são aplicados principalmente em convênios e obras.

A execução dessas emendas, chamadas de RP9, está suspensa desde o dia 5 por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Relatora de ação sobre o caso, a ministra Rosa Weber defende que não há transparência nos repasses destas verbas, o que violaria princípios constitucionais da "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

A decisão de Rosa foi seguida por sete dos dez atuais ministros da corte. Apenas dois votaram contra.

O instituto disse à Folha que não há risco de interromper pagamentos ou atendimentos.

O **INSS** estimou ao Ministério da Economia que terá perda de R$ 95,7 milhões com a decisão do STF, pois já havia programado a execução de uma série de despesas, "o que trará grandes problemas nos trabalhos de encerramento do presente exercício orçamentário".

O presidente do Instituto, José Carlos Oliveira, pediu à equipe do ministro Paulo Guedes "urgência na análise e adoção de providências", segundo ofícios assinados no dia 9 e obtidos pela Folha. "Haja vista os graves prejuízos que a suspensão em questão ocasionará a este instituto", afirmou ainda Oliveira.

Em nota técnica também enviada à Economia, o **INSS** disse que já pediu crédito suplementar para cumprir com os seus contratos e que a suspensão das emendas do relator agrava as dificuldades de pagamentos.

"Esse quadro geral, mais que apontar para os impactos no cumprimento de contratos, explicita a repercussão negativa na capacidade da autarquia em cumprir seu papel público de atender aos milhões de brasileiros aos quais o órgão presta serviços e que, em última instância, são também os legítimos mantenedores do Fundo do Regime Geral da **Previdência Social** [FRGPS]", afirmou o instituto.

O órgão apontou que pode deixar de pagar a Dataprev, empresa "responsável pelo processamento das despesas com benefícios previdenciários do FRGPS, e que gera o pagamento à clientela previdenciária".

O instituto disse à pasta de Guedes que cortará repasses de despesas com o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e de contratos com os Correios, caso as verbas sigam bloqueadas.

O órgão também vê dificuldades para remanejar recursos entre as suas ações orçamentárias para cumprir com gastos de unidades administrativas. Isso porque a decisão do STF impediria que o relator-geral do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (PSL-AC), assinasse essa transferência das verbas.

Em nota enviada à Folha, o **INSS** adotou tom diferente daquele apresentado ao ministério. Disse que a "dificuldade financeira" do instituto "não tem relação alguma com o que ocorre no STF".

O instituto apontou que precisa de R$ 300 milhões para fechar o orçamento até o fim de 2021.

"O recurso financeiro para garantir a manutenção de

todas as atividades do órgão já está sendo buscado e negociado com os entes responsáveis (no caso, a Secretaria de Orçamento Federal). Isso deve ser acertado na próxima reunião com a Junta de Execução Orçamentária", afirmou o **INSS**, em nota.

O órgão também afirmou que jamais deixou de atender o público ou suspender serviços. "Não há motivo algum para que isso ocorra agora."

Essas emendas RP9 têm sido manejadas por governistas com apoio do Palácio do Planalto às vésperas de votações importantes para o Executivo.

Em 2020, cerca de R$ 20 bilhões foram reservados para os gastos que são indicados pelo relator-geral do Orçamento, após as negociações políticas. O valor para 2021 é R$ 16,85 bilhões, sendo que R$ 9,31 bilhões foram empenhados até a decisão do Supremo.

Mas nas costuras do Orçamento, uma parte dos recursos acaba sendo aplicada para gastos ordinários de órgãos ou em ações que não atendem ao interesse específico de um parlamentar.

Em 2020, por exemplo, a Fiocruz recebeu R$ 260 milhões das emendas do relator para ações de combate à Covid-19.

O **INSS** já empenhou R$ 316 milhões das verbas autorizadas de emenda do relator e pagou R$ 245,26 milhões. Ou seja, o órgão ainda tem crédito que deseja usar para fechar as contas do ano.

Questionado sobre a suspensão das emendas e o alerta do **INSS**, o Ministério da Economia disse que ainda depende de uma decisão final do STF para "se manifestar sobre seus potenciais impactos".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49727&anchor=6445154&pd=c7ec3b7c08e1279fbee0abeb6d7ace82

Vereadores aprovam, sem alterações, reforma da Previdência

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, na noite de anteontem, em 2.º turno, a reforma previdenciária enviada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB). A sessão foi marcada por confrontos entre a polícia e manifestantes. Um dos pontos mais polêmicos passou: o fim da isenção da contribuição previdenciária para aposentados que recebem mais que um salário mínimo (R$ 1,1 mil) e menos que o teto do **INSS** (R$ 6,4 mil). A regra afetará 63,7 mil servidores. Segundo a Secretaria Municipal da Fazenda, a arrecadação extra gerada a partir da mudança pode alcançar R$ 13,2 bilhões em um prazo de 75 anos. Outra mudança aprovada é o aumento da idade mínima para a concessão do benefício. Mulheres só poderão se aposentar com 62 anos e homens, com 65. A exceção são os professores.

LEVY TELES

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Fundações miram previdência de Estados e municípios

Juliana Schincariol

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Situação fiscal de Estados deve ser vista com cautela

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Bolsonaro amplia prazo para que 17 setores recolham contribuição previdenciária

Cristiane Noberto

Os 17 setores hoje beneficiados com a desoneração da folha de pagamento terão o benefício estendido até 2023 . O anúncio foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro, ontem, em evento no Palácio do Planalto. Os setores são os que mais empregam na economia brasileira. De acordo com o chefe do Executivo, a prorrogação do prazo ajudará a gerar postos de trabalho.

Quando se fala em alimentação, emprego, é alimentação. Quem não tem emprego tem dificuldade de se alimentar, obviamente. Reunido com a (ministra da Agricultura) Tereza Cristina, nosso prezado ministro (da Economia) Paulo Guedes, e mais uma dezena de empresários do setor produtivo, resolvemos prorrogar a desoneração da folha de pagamento por mais dois anos. Quem se eleger em 2022 vai ter 2023 todinho para resolver essa questão da folha , afirmou o mandatário.

Com a desoneração, as empresas podem optar por fazer a contribuição à **Previdência Social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o faturamento, em vez do tradicional desconto sobre os salários. Com isso, ela tende a beneficiar os setores intensivos em mão de obra, como a construção civil, que emprega grande quantidade de trabalhadores de baixa qualificação.

Na avaliação de Wagner Gonçalves da Silveira Júnior, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF), a desoneração da folha de pagamento é extremamente importante neste momento de saída da pandemia. De acordo com o empresário, muitos setores foram afetados com as paralisações. Isso acarretou aumento de custo e, às vezes, queda de faturamento. Trocando a contribuição sobre a folha pela alíquota única sobre o faturamento total da empresa, fica uma coisa menos onerosa. Por isso, a importância da prorrogação por mais dois anos , disse. Houve alguns setores mais privilegiados que outros. Alguns que deveriam ser abrangidos e não estão , disse o presidente do CDL-DF.

Reforma

Por conta disso, Silveira aponta que a melhor saída para acabar com os problemas é a **reforma tributária**. Aí, acabaria a guerra fiscal entre os estados, e o imposto seria adequado à realidade mundial. Aqui, muitos pagam muito, e poucos pagam nada. Essa é a realidade , opinou.

No setor de transportes, empresários dizem que a medida chegou em boa hora. Segundo Letícia Pineschi, conselheira e porta voz da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrasti), a prorrogação vai permitir a retomada do setor, inclusive impulsionando contratações.

Mesmo com as dificuldades e o faturamento ainda um pouco abaixo do período pré-pandemia, o setor está em contínuo crescimento. Estamos, também, iniciando um período de alta temporada e há necessidade de readequação de frota e quadro de funcionários. Dessa forma, toda medida que possa minimizar o custo sobre a mão de obra é extremamente importante , disse Letícia. A medida também é importante no ponto de vista de recuperar a receita da categoria de rodoviários. Como bem se sabe, cada trabalhador é responsável pelo sustento de, pelo menos, outras quatro pessoas. Isso colabora com a economia do país , acrescentou.

Vantagem tributária

Especialistas observam, contudo, que a medida não é automaticamente benéfica a qualquer setor. Roberto Piscitelli, Professor de Finanças Públicas da UnB, explicou que a desoneração da folha independe do tamanho da empresa e que é preciso observar o que é mais vantajoso. Se uma empresa de T.I tem poucos funcionários e um alto faturamento, essa possibilidade não é muito vantajosa, e a empresa pode optar pelo recolhimento normal , disse.

É o caso do setor de provedores regionais de internet. Segundo Erich Rodrigues, CEO da Interjato e conselheiro consultivo da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), a medida é mais vantajosa para grandes empresas. A relação entre o faturamento e a desoneração, por vezes, não é vantajosa. Há cerca de dois anos, 80% das empresas eram optantes do Simples Nacional e, por isso, não valia a pena. Eu imagino uma adesão mediana a essa alternativa. De forma geral, nosso setor não teve tanto prejuízo na pandemia, pois foi um

setor muito procurado. Não gerou tanto desemprego. Mesmo assim, toda medida de desoneração que faz a economia crescer nós vemos de forma positiva , disse.

No Congresso

A desoneração foi estabelecida em 2014, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, e tinha prazo para acabar em 31 de dezembro deste ano. Em julho, a comissão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou a extensão para o final de 2022. Em setembro, o PL nº 2.541/21, que prorroga o benefício até 2026, começou a andar. Na última-quarta-feira, o deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) protocolou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara relatório favorável à matéria.

Na avaliação de Leonardo Queiroz Leite, cientista político e doutor em Administração Pública pela FGV-SP, a ampliação concedida pelo presidente tem caráter eleitoreiro. Como nós estamos com o cenário eleitoral se desenhando, provavelmente ele (Bolsonaro) vai querer faturar em cima disso. Então, ele já se reuniu com os representantes do empresariado e vai querer trazer esse discurso reforçando a questão da fome no Brasil , disse.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4962623-bolsonaro-amplia-prazo-para-que-17-setores-recolham-contribuicao-previdenciaria.html

Atenção ao custo da inflação (Editorial)

"É preciso estar atento e forte", diz a canção "Divino e Maravilhoso", de Gilberto Gil e Caetano Veloso. Mas longe de estarmos em um momento que lembre o nome da música e sem se esquecer da morte, é preciso atenção e força para encarar a aceleração dos preços dos produtos que estão na base de cadeias produtivas e serviços e afetam uma série de custos à frente. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,25% em outubro veio novamente acima do esperado e, mais uma vez, deixou o acumulado em 12 meses em dois dígitos (10,67%), contrariando a previsão dos economistas de que o pico da **inflação** ocorreria em setembro, mês a partir do qual os preços inverteriam a tendência e começariam a recuar. Desde o início do governo Bolsonaro, o IPCA acumula alta de 18%, o terceiro maior índice para esse período de governo desde 2002.

A **inflação** é o pior dos **impostos**, porque se o índice geral é de 10,67% em 12 meses, nesse período o preço da gasolina aumentou 42,72%, o diesel sofreu reajuste de 41,34%, o gás de cozinha subiu 37,86%, a conta de luz ficou 30,27% mais cara e para quem viaja de avião o custo subiu 50,11%. Na mesa, a **inflação** de 12 meses está sufocando o orçamento das famílias com o açúcar subindo 42,47% e o café moído, 34,53%. Fubá (30,64%) e farinha de trigo (15,36%) encarecem o início do dia dos brasileiros, enquanto no almoço o cardápio da **inflação** vem com filé mignon, que subiu 38,07%, ou frango em pedaços (33,28%), acrescido de macarrão (alta de 14,28) e salada com batata-doce (51,34%), pimentão (85,37%) e tomate (31,99%).

Esses aumentos são percebidos pela população, que precisa estar atenta e forte para encaixar os preços altos ao orçamento do mês. Ao governo é preciso responsabilidade para que interesses eleitorais não se sobreponham à estabilidade econômica. Não se questiona a necessidade de um auxílio emergencial, diante do aumento da miséria no país, mas não se pode aproveitar essa necessidade para se ampliar significativamente os gastos, pois eles, em si, vão representar também mais **inflação**, seja pelo volume de recursos em circulação, seja porque elevam o risco fiscal do país, afugentando investidores e pressionado a alta do dólar.

No passado, foi a facilidade de governos de se financiarem com emissão de moeda e expansão da base monetária que alimentou o desarranjo de preços e levou à necessidade de inúmeros planos econômicos até que se chegasse ao Plano Real. Mais recentemente, em 2015, foi a crise que levou o índice de reajuste de preços a fechar o ano em 10,67%. Agora, mais uma vez os brasileiros voltam a **temer** o descontrole de preços, com a perspectiva de que os aumentos se mantenham no próximo ano muito acima da meta. Tradicionalmente, anos eleitorais são anos de aumento de gastos fiscais e pressão sobre preços.

Com a **inflação** se tornando um problema mundial por causa dos reajustes do petróleo, da energia e das commodities, é preciso que o governo não deixe apenas com o Banco Central a missão de agir para conter os reajustes. Isso porque a única ferramenta de que ele dispõe é a política monetária. Traduzindo, elevar a taxa básica de juros. Hoje em 7,75% ao ano ? a mais alta desde setembro de 2017 ?, a Selic deve chegar a 9,25% com nova alta de 1,5 ponto na última reunião do Copom este ano. Com o IPCA em alta, já há quem aposte em um aumento maior e os juros se aproximando ou mesmo chegando a dois dígitos.

Se, sobre os preços, os juros levam mais tempo para surtir efeito, sobre o crescimento econômico o efeito é imediato, tanto que já se fala em expansão do **PIB** abaixo de 1% em 2022, o que é insuficiente para gerar empregos e dar dinamismo à economia. É preciso estar atento, porque a piora da economia pode ter mais impacto nas urnas do que medidas populistas que representem mais gastos e contribuam para piorar a situação econômica. Se as famílias têm que ajustar o orçamento, o governo precisa ajustar o foco, para não deixar que a **inflação** fuja do controle ou permaneça alta por muito mais tempo.

Bolsonaro lança incentivo a doação de alimento

Marianna Holanda

Pressionado pela fome e pela **inflação**, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou nesta quinta-feira (11) o programa Comida no Prato, de doação de alimentos por empresas, tendo isenção de ICMS como contrapartida.

Não há restrição nas doações, mas o programa deve receber, em sua maioria, aqueles alimentos que estão próximos da data de vencimento.

Isso ocorre porque as empresas deixam de pagar tributo sobre a logística na incineração de produtos que não podem mais ser consumidos, podendo doá-los, sem pagar ICMS, antes da data-limite.

"Qual era a queixa que o setor produtivo comentava conosco? Tenho que ter um funcionário só para preencher toda essa papelada, mandar para o ministério, [para o] funcionário ir lá verificar, carimbar. Um processo desse com um alimento que estava ficando perecível", disse o ministro João Roma (Cidadania) na cerimônia no Palácio do Planalto.

Segundo ele, "está claro" que não há escassez de alimentos no país. "Muito disso [fome no Brasil] está nas disfunções da burocracia." Não haverá nenhum esquema diferenciado para fiscalizar a qualidade dos produtos. O programa apenas ficará apenas sob fiscalização dos órgãos federais, estaduais, municipais, como vigilância sanitária e defesa do consumidor.

"Estamos tratando o quê? De poder estar ofertando esses produtos que seriam simplesmente destruídos, e eles obviamente ainda estão antes da data de validade, disponíveis para essa população." De acordo com a pasta, há mais de 200 bancos de alimentos no país.

O Comida no Prato funciona como uma espécie de plataforma, ligando empresas interessadas e instituições de bancos de alimentos. O anúncio contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, ministros e o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

"[Por meio] desse colegiado [Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)], nós conseguimos atualizar as normativas para que ficasse realmente claro que, ao invés de dar destinação a esse produto, [se] esse produto for entregue nesta rede de banco de alimentos, a indústria também ficará isenta dos **impostos**, inclusive o ICMS", disse ainda Roma.

Apesar de o anúncio ter sido realizado no Planalto, a isenção do tributo é estadual. Ela está em vigor desde 8 de julho. Até outubro, segundo o governo, mais de R$ 42 milhões em alimentos já foram doados com a medida.

Um levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) mostrou, em dezembro de 2020, que mais da metade dos brasileiros (55%) sofriam de algum tipo de isenção alimentar (grave, moderada ou leve).

Além disso, a um ano da eleição, Bolsonaro enfrenta dificuldades com a alta na **inflação**, que pressiona o preço dos alimentos. OIPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de outubro, divulgado na quarta-feira (10), subiu 1,25%, acima das projeções do mercado.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49727&anchor=6445154&pd=c7ec3b7c08e1279fbee0abeb6d7ace82

"País se viciou em resolver a gestão com leis e PECs"

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO-9/5/201

CÉLIA FROUFE

Um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal, o economista José Roberto Afonso avalia que o País "parece viciado" em resolver seus problemas de administração por meio de leis e Propostas de Emendas à Constituição (PECs). Um dos principais especialistas em contas públicas, Afonso hoje reside em Lisboa, de onde acompanha com apreensão o debate fiscal - "limitado e interditado" - no Brasil.

"É um momento oportuno para mudanças de paradigmas e de regras fiscais", diz. "O Brasil está um pouco desconectado dessa discussão mundial." Como fundador do Fórum de Integração Brasil-Europa (Fibe), que será lançado hoje, Afonso pretende conectar o País a países lusófonos e nações europeias. "Insisto em alertar que teorias, políticas e práticas, não só fiscais, como também econômicas e sociais, estão mudando, de forma súbita e profunda em todo o mundo. O Brasil precisa conhecer e participar mais dessa revisão, e o Fibe se propõe a ajudar." Como o senhor vê a situação das contas públicas brasileiras atualmente, com toda essa questão da PEC dos precatórios?

Precatório, como diz o próprio nome, é dívida. O gasto já foi realizado no passado. Esse imbróglio, na origem, tem mais a ver com questões gerenciais do que deveria ser com as legais.

O Brasil parece viciado em tentar resolver problemas de gestão com leis e emendas constitucionais, e depois se reclama de um ativismo parlamentar e judicial.

O senhor é favorável ao teto de gastos de forma ortodoxa ou acredita que o sistema possa ser mais "flexível"?

Parece-me que o debate fiscal no Brasil está muito limitado e interditado. É um momento oportuno para mudanças de paradigmas e de regras fiscais.

O Brasil está um pouco desconectado dessa discussão mundial, que está voltada para o futuro das finanças públicas, como no restante da economia e da sociedade.

Como senhor citou, o endividamento aumentou em todo o mundo durante a pandemia. O senhor acredita que esse também será um tema para os formuladores de políticas nos próximos anos?

Certamente. Agora, é bom pontuar que o contexto histórico, econômico e social mudou radicalmente.

A dívida pública disparou em todo o mundo, mas suas taxas de juros nunca foram tão baixas. De novo, o Brasil é um pouco exceção à regra. Insisto em alertar que teorias, políticas e práticas não só fiscais, como econômicas e sociais, estão mudando, de forma súbita e profunda em todo o mundo. O Brasil precisa conhecer e participar mais dessa revisão, e o Fibe se propõe a ajudar.

O senhor é o fundador do Fibe. O que é exatamente essa instituição?

É uma associação cultural que nasce com o propósito de promover a integração econômica e social entre o Brasil e países da Europa, usando Portugal como porta de entrada, bem como os demais países lusófonos do mundo. Será um espaço para debates e estudos, com visão multidisciplinar, que visa a contribuir para conectar o Brasil aos novos ventos que sopram mundo afora depois da pandemia e da revolução digital.

Se buscará, sobretudo, que o diálogo aconteça de

forma permanente, responsável e conectado com o mundo, fora do ambiente polarizado.

O senhor se mudou para Portugal, mas é tido como um dos maiores especialistas em contas públicas do Brasil. O Fibe abordará temas relacionados à área fiscal e trabalhará também em outras áreas, é isso?

Cultura, artes, tecnologia, novas relações econômicas e sociais são temas que concentrarão as atenções do Fibe. Será multidisciplinar. Matérias como tributação e finanças públicas interessam também, mas serão tratadas dentro do contexto de mudanças estruturais que marcam suas instituições e suas políticas, como em outras matérias. Os desafios **impostos** pelo mundo pós-pandemia, cada vez mais globalizado e digital, despertarão a atenção, desde o evento de largada da associação entre os dias 12 e 14 de novembro, aqui em Lisboa.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Precificação de carbono ajuda no clima, mas aumentaria a desigualdade global

Jana Randow e Reade Pickert Bloomberg

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Bolsonaro desdenha de Moro: "Aprendeu nada"

CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro deu a entender, ontem, que ficou incomodado com a possibilidade de seu ex-ministro da Justiça Sergio Moro enfrentá-lo numa disputa pelo Palácio do Planalto. A apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, desdenhou do possível concorrente quando indagado sobre o que achou da filiação do ex-juiz ao Podemos.

"Vocês viram o discurso lá? Eu assisti (ao discurso) porque foi meu ministro, (e ele) não aprendeu nada. Um ano e quatro meses, não sabe o que é ser presidente, nem ser ministro. Você fala (sobre) a dificuldade de escolher candidato, não tem opção. Às vezes o que está na mesa é um self-service. Para presidente também. Se eu sair fora, o que vai ter de opção? Não é porque sou bom, mas o que está na mesa?", depreciou.

Bolsonaro aproveitou para voltar a criticar os governadores sobre as medidas de proteção contra o novo coronavírus, que, segundo ele, serviram apenas para agravar a situação da economia. "As consequências do "fica em casa, a economia a gente vê depois"... Já sabem quem é culpado? Alguns falam que estou brigando com o governador, eu estou falando a verdade. É impressionante, o cara brocha em casa, e eu sou culpado", disse.

O presidente também se esquivou de culpa pela **inflação** em rota ascendente ? o IPCA acelerou 0,09 ponto percentual, em relação a setembro, e subiu 1,25% no mês, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esta semana. Segundo Bolsonaro, "se faltar a produção, vai ter **inflação**. "Pode ter certeza que, na economia, o Brasil é o que menos está sofrendo no mundo", disse, apesar de vários indicadores o contrariarem.

Programa social

O presidente, aliás, lançou ontem mais um programa popular, com vistas a pavimentar a reeleição, em 2022: trata-se do Brasil Fraterno ? Comida no Prato, que visa estimular a doação de alimentos por parte de empresas a instituições cadastradas pelo governo, que, depois, serão distribuídas a comunidades carentes. A iniciativa oferece a possibilidade de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as companhias que aderirem.

No discurso, Bolsonaro voltou a dizer que a economia brasileira "está indo bem" e que o mundo está "sofrendo" com a **inflação**, mas o Brasil, não. O presidente afirmou que a PEC dos Precatórios ? que começa a tramitar no Senado ? faz parte do programa para "atender quem está passando fome" e não entendia como partidos de esquerda e o Novo votaram contra atender "quem está passando fome".

"Entendemos que em torno de 17 milhões de famílias passam fome. Passa na imprensa um caminhão com pessoas catando osso, e a culpa é de quem? Do Bolsonaro. A gente quer uma solução dobrando o valor do tíquete médio do Bolsa Família, e o que acontece? Olha o cara sem responsabilidade. Olha o cara querendo furar o teto", ironizou.

Fantasma dos anos 80

Diante da alta do custo de vida e do preço salgado dos alimentos, que podem ressuscitar na memória velhos hábitos herdados do passado dramático de hiperinflação, especialistas alertam os consumidores para o risco de fazer grandes compras e de estocar produtos. "É um tiro no pé. Quando as famílias compram para estocar em casa, a mensagem que passam para o mercado é de que aquele preço é convidativo. Então, abrem espaço para novos aumentos, elevam o risco de escassez e, com isso, ajudam a produzir mais **inflação**", explicou André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

Braz não recomenda uma corrida aos supermercados e não acredita que o país vive momento de descontrole inflacionário que justifique a estratégia. "Pelo contrário, a gente tem que dizer que não concorda, que o preço é demasiado e dar oportunidade para que caia. E se o valor não diminuir, basta substituir ou comprar menos. Essa é a forma de comunicar ao mercado, usando a lei da oferta e da procura, de que o preço não é o que se quer pagar", reforçou. Para ele, não faz sentido, em 2021, um comportamento do período anterior a 1994, quando foi lançado o Plano Real.

Felipe Queiroz, pesquisador da Unicamp, aponta os impactos negativos da **inflação** na renda. "Os salários têm sido reajustados no mínimo ou abaixo da **inflação**. Além disso, o aumento maior tem sido nos preços de bens essenciais, como energia elétrica e supermercado." Contribui para esse cenário, afirma Queiroz, a falta de planejamento do governo, e de uma política econômica e social bem determinada. "O governo age modo desordenado", disse.

A corrida desenfreada aos mercados para estocar produtos, na década de 1980, foi típica de um período hiperinflacionário, de **inflação** inercial, quando não há fato gerador, mas ela vai aumentando por si só, destacou o economista. "Estamos vivendo um processo que lembra muito esse período, porque principalmente as famílias de menor renda, com receio de que os preços subam, tentam se proteger minimamente do processo de alta **inflação**", disse Queiroz.

De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em outubro, os preços da cesta básica aumentou em 15 das 17 capitais pesquisadas. Nos cálculos do Dieese, o salário mínimo necessário para enfrentar o custo de vida deveria ser de R$ 5.005,91, ou 4,79 vezes o vigente, de R$ 1.045,00. Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, o trabalhador comprometeu, na média, 53,09% do ganho para comprar os alimentos.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Ajuda para a PEC dos Precatórios

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta quinta-feira, em transmissão ao vivo nas redes sociais, que os empresários brasileiros vão ajudar a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e a reforma administrativa. A "ajuda", de acordo com o presidente, viria após a decisão do governo de prorrogar por mais dois anos a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

"Isso dá quase R$ 8 bilhões por ano. Eles assumiram o compromisso. Isso vai ajudar a aprovar a PEC dos Precatórios, a aprovar a reforma administrativa", disse o chefe do Executivo.

Bolsonaro chamou a PEC dos Precatórios de "solução com toda a responsabilidade". No entanto, o texto, além de postergar o pagamento de dívidas da União já transitadas em julgado, mexe no teto de gastos, considerado a âncora fiscal do país.

Também presente na live, o ministro da Cidadania, João Roma, afirmou que o momento é de "cooperação" para aprovar a PEC dos Precatórios no Senado. O projeto abre espaço fiscal no orçamento para viabilizar o pagamento de R$ 400 do Auxílio Brasil até dezembro de 2022, ano eleitoral, e ainda amplia a possibilidade de liberação de recursos de emendas parlamentares. "Ninguém quer saber de eleição", afirmou Roma, sobre a tramitação da PEC.

Durante a live, Bolsonaro chamou de "boa notícia" outro anúncio feito por ele mais cedo: o aumento do limite de vendas da agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar, de R$ 20 mil para R$ 40 mil por ano. "É uma boa notícia para o agricultor familiar." O chefe do Executivo ainda chamou de "lamentável" a disparada da **inflação**, que chegou a 10,67% ? superando, assim, a marca de dois dígitos ? em outubro no acumulado de 12 meses.

É o maior resultado para o mês desde 2022, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgados na quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Estamos fazendo o possível", garantiu Bolsonaro.

R$ 9 bilhões para Auxílio Brasil

O Congresso Nacional aprovou, ontem, um crédito especial que transfere R$ 9,36 bilhões do atual orçamento do Bolsa Família para o pagamento do Auxílio Brasil. Depois de 18 anos, o Bolsa Família foi extinto na última segunda-feira. O novo programa social do governo começa a ser pago em 17 de novembro. O PLN 26/2021 foi aprovado pelos deputados e pelos senadores em sessão conjunta do Congresso, e o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto ontem mesmo.

O novo Auxílio Brasil terá um reajuste de 17,84%, com o tíquete médio passando a R$ 217,18. Hoje, o valor médio do Bolsa Família fica em torno de R$ 190. As faixas que determinam o alcance do programa também foram reajustadas. Para ser enquadrada como família em situação de extrema pobreza, a renda familiar por pessoa passou de R$ 89 para R$ 100. Já a faixa de pobreza passou de R$ 178 para R$ 200 por pessoa. O Congresso também aprovou, ontem, outro projeto que cria o programa do Auxílio Brasil dentro do Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023.

O programa vai beneficiar 14,6 milhões de famílias. O governo almeja contemplar mais de 17 milhões, mas isso ainda depende da aprovação da PEC dos Precatórios. A proposta altera o cálculo do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**) e restringe o pagamento de precatórios (dívidas judiciais), abrindo espaço de R$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022. Essa folga é essencial para permitir o pagamento dos R$ 400 prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro até o fim do ano que vem, quando o chefe do Executivo buscará a reeleição, e também ampliar o número de famílias contempladas.

A PEC já foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora depende do aval do Senado. O deputado Danilo Forte (PSDB-CE), relator do PLN 26, ressaltou a importância da aprovação de recursos para o Auxílio Brasil. Na avaliação do parlamentar, as verbas podem tirar da miséria 17 milhões de brasileiros que não têm condições de levar alimentação para suas famílias. "É triste e deplorável viver num país em que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, uma das 10 maiores economias do mundo, e nos depararmos com tanta tristeza e aflição nas ruas das cidades pelo Brasil inteiro", afirmou.

"Redenção"

O deputado lembrou que essa situação já poderia estar resolvida, já que, em 2019, apresentou o PLN 241, que previa a definição de um Orçamento para uma política pública de longo prazo, em um programa de renda mínima. Ele disse que tem visto muita miséria pelo interior do país, mas apontou que os recursos para o Auxílio Brasil podem representar "uma redenção". "Os programas de renda mínima continuados poderão dar a essas famílias uma oportunidade de ter uma vida com dignidade", concluiu. A senadora Rose de Freitas (MDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), elogiou a busca de entendimento com a oposição, que ajudou na aprovação das matérias no Congresso. Para a senadora, os recursos para os programas sociais são fruto da sintonia da oposição com os interesses do país. Ela ainda pediu mais atenção de deputados e senadores com a necessidade de apreciação dos vetos presidenciais. (Com Agência Senado)

Distribuição

Os recursos do PLN 26/2021 serão divididos da seguinte forma: » R$ 9,268 bilhões vão para transferência de renda com benefícios e auxílios para 14.695 milhões de famílias.

» R$ 93,4 milhões se destinam ao apoio de municípios por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil.

» R$ 2 milhões serão gastos com gestão e disseminação de informações para o público do programa.

BC terá que subir mais os juros para segurar inflação

ROSANA HESSEL

Após voltar ao patamar de dois dígitos, a **inflação** ameaça não dar trégua no próximo ano, mesmo com a continuidade da alta dos juros. Para analistas, a inércia inflacionária será forte em 2022. Com isso, haverá reajustes de custos e de salários, assim como repasses para os preços ao consumidor, pelo fato de a economia ser ainda bastante indexada por conta da herança inflacionária.

Na avaliação de especialistas, o Banco Central precisará acelerar o ritmo de alta de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro, porque está sozinho na tarefa de controlar a **inflação**, uma vez que o governo vem afrouxando as regras fiscais para agradar ao Centrão e manter a governabilidade.

A alta da Selic terá que ser maior do que 1,5 ponto percentual, como foi sinalizado na última reunião do Copom, se o BC quiser entregar a **inflação** abaixo do teto da meta em 2022, de 5%, e, assim, evitar dois anos seguidos de descumprimento da regra.

Diante da surpresa com o aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, que acumulou alta de 10,67% em 12 meses, um consenso em formação no mercado é de que o indicador encerrará o ano em torno de 10%, ou mesmo acima disso, quase o dobro do teto da meta deste ano, de 5,25%. Com isso, novas apostas de analistas para o próximo Copom indicam alta de 1,75 ponto a 2,0 pontos percentuais na taxa básica da economia, atualmente em 7,75% ao ano.

"O Banco Central deixou a Selic em 2% por muito tempo com o argumento de que a **inflação** era transitória. Agora, será preciso um choque maior na política monetária para tentar trazer a **inflação** de volta para a meta", destacou o economista e professor do Insper João Luiz Mascolo. Para o acadêmico, não adianta o governo culpar os combustíveis pela **inflação** mais forte, porque ele é parte do problema. "Os fundamentos macroeconômicos estão muito ruins. E a política monetária está atrasada e sozinha. O BC não poderá contar com ajuda de política fiscal no combate à **inflação**", lamentou.

Segundo as estimativas de Mascolo, a Selic deverá chegar a 11,5% no fim do atual ciclo de ajuste monetário, iniciado em março, que precisaria terminar antes das eleições, para não atrapalhar a campanha eleitoral. No entanto, para o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, o BC precisará mudar a estratégia se realmente pretende ancorar as expectativas do mercado, e dar um verdadeiro choque de política monetária para trazer a **inflação** para a meta, e uma taxa de 12% ao ano será o piso em 2022, por conta da inércia. "A **inflação** vai piorar mesmo se os juros chegarem a 12% ao ano. Pelas nossas projeções, se o Copom elevar a taxa básica até esse patamar, no início do ano que vem, o IPCA ainda ficará acima do teto da meta, entre 5,9% e 6%", alertou. Ele lembrou que, ao contrário dos outros países, o Brasil tem um histórico de inércia e persistência inflacionária que não permite ao país ter uma meta de **inflação** como a das economias desenvolvidas, de 2% a 3% ao ano.

"A inércia faz com que a tendência de reajustes dos preços com base na **inflação** do ano anterior aumente as pressões inflacionárias. Agora, com a surpresa inflacionária do IPCA de outubro, será preciso um choque monetário acima do que o mercado espera para ajudar a ancorar as expectativas", avaliou Velho. Para ele, isso significaria uma alta da Selic, em dezembro, de três pontos percentuais, ou seja, de 7,75% para 10,75%, pois a **inflação** de serviços está voltando forte, "mesmo com a demanda fraca".

"A melhor saída seria um choque fiscal restritivo, mas, como com a aprovação ou não da PEC dos Precatórios, o teto de gastos será descumprido. O Banco Central precisará mudar a estratégia e desistir do ajuste gradual na política monetária. "O BC está em uma encruzilhada. Ou faz um ajuste rápido ou segue o gradual, e, com isso, tem o risco de continuar tentando

ajustar a política monetária sem ajuste fiscal", frisou.

Mascolo, do Insper, não descartou a chance de retração da economia no ano que vem, pois independentemente do tamanho do aperto monetário e da duração do ciclo, a conjuntura econômica no primeiro trimestre de 2022 será muito ruim, devido aos efeitos da alta dos juros na economia. "Há um intervalo de seis meses de defasagem da política monetária na atividade econômica. Como ela começou em março, o efeito começou a ocorrer em setembro, mas vai se prolongar e no primeiro trimestre de 2022 e esse impacto será mais doloroso", destacou.

Leia Mais na Página 18

Guedes critica pessimismo

VEra BatistaGabriela Chabalgoity*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a minimizar os riscos fiscais e a criticar as projeções pessimistas para a economia brasileira no ano que vem. Segundo ele, quem não enxerga a retomada em V do Produto Interno Bruto (**PIB**) está equivocado e maquiando os números com variáveis "fictícias".

"Há muitas críticas de não haver investimento, de crescimento baixo. Eu lembro dos economistas que falam que o V era de virtual. Eu estava vendo os sinais de vitalidade ativados", disse Guedes, ontem, em evento organizado pelo Itaú Unibanco.

O próprio ministro, entretanto, inflou as projeções de investimento no país, principalmente os quase R$ 50 bilhões previstos no leilão de concessão do 5G. "Agora, quando falam que o **PIB** não vai crescer, temos R$ 540 bilhões de contratos de investimentos, com mais R$ 150 bilhões com o 5G. O país está com R$ 700 bilhões de investimento contratado e vai voltar a crescer com a vacinação em massa. Está tudo voltando. Por que eu vou concluir que o país não vai crescer? Tem que usar uma variável dummy (fictícia)", acrescentou.

Contudo, ao ser questionado pelo economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, sobre a desaceleração mundial que deverá ser encabeçada pela China, o ministro reconheceu que o ano de 2022 será desafiador. "Vejo complexidade, e esse é um problema sério. A covid é um complicador adicional", disse Guedes. "A notícia ruim no ambiente internacional não vai melhorar. Vai ter **inflação** e desaceleração. E o V deles não é como o nosso e não pode ser engatado em uma recuperação cíclica", acrescentou.

Para o ministro, o país tem potencial de crescer de 3,5% a 4% ao ano "em velocidade de cruzeiro", se destravar a agenda de reformas e de consolidação fiscal que ele prometeu e não está conseguindo deslanchar. Ele ainda criticou quem fala que ele não tem plano, porque ter um plano centralizado é "patético". "O nosso plano é não ter um planejamento central", afirmou.

O Itaú Unibanco revisou recentemente a previsão do **PIB** de 2022 de alta de 0,5% para queda de 0,5%, justamente devido à deterioração do cenário fiscal após a decisão do governo de mudar a regra do teto de gastos com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. Aprovada pela Câmara dos Deputados nesta semana, a matéria ainda precisa ser votada pelo Senado Federal em dois turnos. A PEC amplia a folga orçamentária para o governo gastar mais e, assim, custear de forma temporária o Auxílio Brasil de R$ 400 até dezembro de 2022.

Pressão política

Guedes garantiu que os recursos para o benefício são temporários e que a ideia de mexer no teto de gastos não foi dele. No entanto, admitiu que houve muita "pressão política" para aprovar o Auxílio Brasil. "A pressão política foi imensa em cima da Economia. A ala política queria R$ 600, mas o presidente falou em R$ 400 para o programa transitório", afirmou.(RH)

Inflação de outubro é a mais alta desde 2002

SAMARA SCHWINGEL

A **inflação** de outubro no Distrito Federal chegou a 1,25%. O percentual é o maior para o mês desde 2002, quando o índice chegou a 1,82% na capital federal. Os dados são medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em outubro do ano passado, a **inflação** estava em 1,02%. Na variação acumulada do ano, o DF contabiliza 9,30% de aumento da **inflação**. O IPCA indica o aumento dos preços dos produtos e serviços vendidos na capital. Em 2021, dos nove produtos pesquisados, oito apresentaram aumento. O maior impacto no índice final foi do meio de transportes. Passagem aérea, transporte por aplicativo e óleo diesel foram os que mais tiveram alta nos preços em outubro comparado com o mês anterior. A variação de cada um foi de 41,76%; 4,81%; e 4,05%, respectivamente. A gasolina teve alta de 2,67%, mas a alta acumulada do ano é de 46,54%. De acordo com o IBGE, os alimentos e bebidas registraram, em geral, um aumento mensal de 1,74%. Entre os tubérculos, raízes e legumes (19,41%), tomate (30,48%), batata-inglesa (10,70%) e cenoura (5,58%) tiveram as maiores altas. Outras altas que ganharam destaque foram: couve-flor (12,03%), melão (10,63%), açúcar refinado (9,26%) e picanha (6,00%). No lado das quedas, os destaques individuais foram: manga (-7,39%), refrigerante e água mineral (-4,18%) e pão de forma (-3,33%).

IPCA

Para o cálculo do índice do mês, foram comparados os preços coletados entre 29 de setembro e 28 de outubro de 2021 (referência) com os preços vigentes entre 28 de agosto e 28 de setembro de 2021 (base). O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e de Brasília.

Com reforma, ações na Justiça caem, mas alta no emprego não aconteceu

Douglas Gavras

Quatro anos depois da entrada em vigor da reforma trabalhista, completados nesta quinta (11), o saldo é de queda no número de ações na Justiça do Trabalho, mas o número de empregos anunciado pelo governo à época ficou só na promessa.

O governo Michel **Temer** chegou a divulgar durante a tramitação da proposta que era estimada a geração de 6 milhões de empregos em até uma década com a aprovação -2 milhões apenas nos dois primeiros anos.

A Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no entanto, mostra uma história diferente: a taxa de desocupação trimestral, que chegou a ficar entre 6% e 7% em 2014, subiu para 8,7% em agosto de 2015 -considerando-se trabalhadores formais, informais, por conta própria, entre outros.

Em meados de 2017, antes da mudança na legislação, a desocupação era de 12,6%. Dois anos depois, em 2019 e antes da pandemia, estava em 11,8%. Em 2021, já com a crise sanitária, o mercado de trabalho sofreu um novo golpe e o desemprego tem oscilado acima disso, entre 14,7% e 13,2%.

"Era de um otimismo absurdo achar que a reforma criaria uma explosão de novos empregos. O Brasil tinha vindo de uma crise grande em 2015 e 2016, e o governo sabia que o mercado de trabalho não estava bombando", diz o economista da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) João Sabóia.

Ele lembra que 2018 e 2019 foram anos de crescimento pequeno do **PIB** (Produto Interno Bruto) -ambos na casa de 1%-, o que trouxe dificuldade para o mercado de trabalho. "A economia tem tido desempenho nada brilhante, o que se reflete em uma recuperação lenta do mercado de trabalho."

Em 2020, o **PIB** caiu 4,1%; para 2021, a previsão é de crescimento de 4,93%, segundo o mais recente boletim Focus. Para o ano que vem, parte dos analistas já prevê uma nova queda.

Já pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, 2017 terminou com o fechamento de 20,8 mil vagas com carteira assinada. Os anos seguintes, 2018 e 2019, já com a reforma, tiveram saldos positivos de 1,2 milhão, bem abaixo das previsões do governo.

Após uma revisão do Caged, o saldo de empregos formais em 2020 caiu quase pela metade.

Defensor das mudanças na CLT, o economista Bruno Ottoni, da IDados, avalia que é injusto atribuir os problemas atuais do mercado trabalho à reforma. Ele lembra que o texto foi bombardeado por instituições e órgãos, que criaram um ambiente de insegurança. O empregador, muitas vezes, ficou receoso de agir conforme a nova legislação, diz Ottoni.

"Quando o tempo foi passando e as novas modalidades de trabalho iam se consolidar, veio a pandemia. A gente sabe que ela foi horrível para o mercado de trabalho, mas quanto ele teria sofrido sem a reforma? Também é difícil avaliar se a promessa de redução da informalidade se cumpriu até onde a influência da reforma poderia

Do ponto de vista do trabalho intermitente, modalidade de contrato criada com a reforma trabalhista, em que o trabalhador é convocado para jornadas não contínuas, havia também a promessa de que essa modalidade de ocupação ajudasse a reduzir a informalidade daqueles com jornada flexível, caso de muitos no setor de serviços.

Entre novembro de 2017 e dezembro de 2019, o saldo de intermitentes foi de pouco menos de 143 mil contratos. Entre janeiro e setembro deste ano, o novo Caged registrou um saldo positivo de 61,5 mil contratos de trabalho intermitente e de 35,7 mil de trabalho parcial.

"Uma das coisas que mais entusiasmaram na reforma era a possibilidade de reduzir a informalidade para quem tem jornadas de trabalho mais curtas. Tempo parcial e intermitente tornariam isso mais fácil e reduziriam o risco associado aos contratos. É preciso esperar mais para ver os efeitos disso", diz Ottoni.

Os desligamentos por acordo, modalidade de encerramento de contrato introduzida pela reforma, somaram 156.004 (1,26% do total de desligamentos do período), ainda segundo o Caged.

No caso dos processos trabalhistas, a reforma previa mudanças na Justiça, estipulando o pagamento de custas processuais em caso de faltas em audiências ou de honorários dos advogados da parte vencedora em caso de perda da ação, por exemplo.

Essas mudanças levaram a um novo patamar no número de novos processos: um levantamento pedido ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) aponta que esse número caiu 19% -de 3,966 milhões, em 2017, para 3,222 milhões no ano seguinte à aprovação da reforma.

Na comparação com 2020, a queda foi de mais de 1 milhão de registros e até outubro deste ano, o número de processos somava 2,202 milhões.

Em outubro, o STF (Supremo Tribunal Federal) declarou que eram inconstitucionais dois trechos da reforma, que modificavam regras sobre a gratuidade da Justiça para quem não tiver condições de ingressar com processos.

Boa parte da redução de novos processos se deveu pela regra de pagamento de honorários pelos trabalhadores, inclusive os que eram beneficiários da gratuidade, sobretudo pelas primeiras decisões que ocorreram nesse sentido, diz Roberto Kurtz, sócio trabalhista do Kincaid Mendes Vianna Advogados.

"Com a decisão do STF, que declarou inconstitucional alguns artigos da reforma, deve haver um aumento de novas demandas.", diz.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49727&anchor=6445154&pd=c7ec3b7c08e1279fbee0abeb6d7ace82

Guedes admite que economia vai desacelerar por causa da alta dos juros

Marcela Ayres e Victor Borges

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que a economia irá desacelerar, mas disse que isso é "normal" se os juros básicos vão subir "um pouco" no combate à **inflação**.

Disse que a **inflação** vai vir com força nos Estados Unidos, o que fará com que bancos centrais do mundo inteiro passem aperto.

" Todo mundo vai ter que recuar, só que acho que Brasil tem dinâmica de investimentos, como se fosse a curva em S, investimento real disparando, então os juros vão subir, porque nós estamos freando, estamos desacelerando um pouco o crescimento", disse nesta quinta (11) ao participar da conferência Itaú Macro Vision, do Itaú Unibanco.

"É completamente diferente do problema deles [EUA], o problema deles é que já estavam em desaceleração sincronizada, e, na hora em que estão tentando um 'rebound' [retomada] , a **inflação** vem com tudo, eles estão sem dinâmica de crescimento. O tempo vai dizer", complementou.

Guedes disse ainda que há "muita paixão" na avaliação de que a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios é um calote, defendendo que "evidentemente não é" e que o governo está bastante esperançoso após sua aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados.

A PEC dá calote em dívidas judiciais da União e se tornou prioridade do Executivo para garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R$ 400 de dezembro até o final de 2022, quando Bolsonaro deve disputar a reeleição, além de abrir espaço para outros gastos federais. Pela proposta, cerca de R$ 90 bilhões devem ser liberados no próximo ano.

"A primeira grande vantagem é que [a PEC] torna Orçamento exequível. A segunda grande vantagem, mais importante ainda, é que isso se estende para todo futuro previsível, ou seja, não vai haver mais sustos nos precatórios", afirmou.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49727&anchor=6445154&pd=c7ec3b7c08e1279fbee0abeb6d

7ace82

Bolsonaro não tem plano para 2022 - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Na Semana da Pátria Golpista, a política "das ruas" e da sociedade cada vez mais incivil apagou-se. Acabaram-se os panelaços, os manifestos, as cartas. Os últimos fiascos foram o protesto da oposição de 12 de setembro e a "nota dos empresários".

O cadáver da manifestação prevista para o 15 de Novembro está sendo enterrado na cova rasa das ambições de quem se opõe ao governo. Jair Bolsonaro também suspendeu seus comícios golpistas. Em vez de "notas de repúdio", elites do poder e do dinheiro discutem se Sergio Moro vai ocupar a terceira via ou a terceira margem do rio.

Na falta de promessa recente de golpe, quase todo mundo do poder foi tratar da vida, da eleição, de filiações, de esboços de alianças e do saque dos dinheiros públicos para financiar campanhas. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, entre eles três do Supremo, disseram que Bolsonaro e turma podem ser detidos se barbarizarem a eleição, como em 2018. Tudo se passa como se agora houvesse um cordão sanitário que impedisse Bolsonaro de infectar de morte também o processo eleitoral.

Bolsonaro está em uma muda incógnita. Conseguiu escapar de parte do noticiário negativo que produzia com a campanha golpista, um sucesso pragmático de seus regentes do centrão, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e de Ciro Nogueira, senador pelo Piauí e presidente licenciado do PP. Os militares saíram de fininho do cenário de desastre que ajudaram a produzir e estão mais desaparecidos do que Paulo Guedes (mas continuam com as boquinhas).

No entanto, essa gente ainda não parece ter um plano claro. Bolsonaro deve entrar no PL, que seria então o novo partido da extrema direita, o nacional-mensalismo, ficando a União Brasil (PSL mais DEM) com uma das vagas da direita extrema. O vice viria do PP, mas isso não está certo, assim como não se sabe como serão as migrações de parlamentares e outros arranjos locais necessários para 2022, que podem desfalcar o time bolsonarista.

O Auxílio Brasil é um pedaço de um plano eleitoreiro parco e ruim. Vai beneficiar pouco mais gente do que o Bolsa Família com uma renda nem tanto assim maior que a do auxílio emergencial. Outros 18 milhões de pessoas que recebiam o auxílio emergencial ficarão sem nada.

O desgoverno constante e o chute no teto de gastos devem fazer com que 2022 seja um ano de estagnação da economia, na melhor das hipóteses. Bolsonaro-Guedes jogaram no lixo a despiora rápida do **PIB**.

Desde a Semana da Pátria Golpista, início de setembro, até agora, a taxa de juros de um ano passou de 8,5% para cerca de 12%, um desastre para o **PIB**. A **inflação** deve correr na casa dos 10% anuais até abril, em parte graças ao dólar Bolsocaro. Mesmo que cresça menos, terá deixado um rombo enorme e duradouro nos rendimentos dos mais pobres.

Bolsonaro perde menos prestígio nas pesquisas, mas dois terços do eleitorado rejeitam sua reeleição. Não tem obra para mostrar. Em 2022, não poderá mentir que é liberal ou lavajatista. No centro-sul, pelo menos dois candidatos vão tirar alguns de seus votos. Então, qual é o plano? Contar com a ajuda da elite para triturar Lula (campanha que deve começar em breve e será forte se o petista não fizer grandes arranjos)?

Os centrões, o bolsonarista e outros, têm algum tempo, em tese, para escolher uma canoa. A data limite, diz a lenda política, é abril, mas as opções à vista são poucas e tão diferentes que vão exigir manobras acrobáticas difíceis até para a exímia picaretagem política brasileira (por ora, trata-se de Lula e, talvez, Moro). Bolsonaro continua sem um plano, que era o golpe.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49727&anchor=6445154&pd=c7ec3b7c08e1279fbee0abeb6d7ace82

O Brasil real continua travado (Editorial)

O Brasil próspero e otimista do ministro da Economia, Paulo Guedes, continua muito diferente do país de milhões de outros brasileiros, onde o emprego é escasso, a indústria derrapa e o varejista se defronta com um consumidor empobrecido, inseguro e acuado por uma **inflação** devastadora.

O volume vendido no varejo do dia a dia diminuiu 1,3% em setembro, depois de haver encolhido 4,3% em agosto.

Também em setembro a indústria produziu 0,4% menos que no mês anterior, acumulando quatro reduções consecutivas. Promoções de fim de ano, incluída a Black Friday, podem criar alguma animação nas próximas quatro ou cinco semanas. Mas o quadro geral continuará sombrio até o fim de 2022, segundo as projeções correntes, com economia estagnada, forte alta de preços e dinheiro cada vez mais caro.

O balanço do terceiro trimestre será ruim, a julgar pelos números já conhecidos da indústria e do varejo. Mostrará, no entanto, apenas o prosseguimento de uma recuperação insegura e precária. Depois do primeiro choque da pandemia, a retomada pareceu vigorosa, durante alguns meses, mas o impulso diminuiu sensivelmente a partir do começo de 2021. Em sete dos nove meses de janeiro a setembro houve recuo da produção industrial. No comércio varejista houve resultados negativos em cinco dos nove meses, na comparação com o período imediatamente anterior.

Mais de 19 milhões caíram na extrema pobreza, no começo do ano, com a suspensão do auxílio emergencial. Esse desastre social explica boa parte da redução das vendas nos primeiros meses de 2021. Nos meses seguintes, a disparada dos preços e o encarecimento do crédito, com a alta de juros, tornaram mais complicada a situação, já muito precária, da maior parte das famílias.

Durante todo o tempo, a persistência do desemprego elevado e das más condições de trabalho assombraram os brasileiros. O ministro da Economia costuma alardear melhoras do emprego formal, mas os dados, mesmo quando verdadeiros, são pouco significativos quando confrontados com os cenários mais amplos mostrados pelo IBGE.

Além disso, é difícil confiar na fonte do ministro, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Um ajuste recém-divulgado diminuiu quase pela metade os números de 2020, anunciados sempre triunfalmente pela equipe econômica.

No varejo do dia a dia, formado pela maior parte das atividades comerciais, as vendas de setembro, além de 1,3% menores que as de agosto, foram 5,5% inferiores às de um ano antes. O varejo ampliado, formado com inclusão das lojas de veículos, motos, partes e peças e também de material de construção, vendeu 1,1% menos que no mês anterior e 4,2% menos que em setembro de 2020.

O quadro parece muito melhor quando se comparam períodos longos. No ano, o comércio do dia a dia vendeu 3,8% mais que entre janeiro e setembro de 2020. No caso do varejo ampliado, o confronto aponta um aumento de 8%.

Mas a base de comparação é muito baixa e por isso a recuperação parece mais vigorosa.

A percepção se torna mais precisa quando se tomam como referência períodos anteriores à pandemia. Em setembro, as vendas do varejo restrito foram 0,4% menores que as de fevereiro de 2020, último mês antes do grande choque. As do varejo ampliado foram 1,7% inferiores às daquele mês. No caso da produção industrial, a comparação mostra um volume 3,2% abaixo do patamar de fevereiro do ano passado.

Mas o Brasil já ia mal no primeiro bimestre de 2020, antes dos estragos causados pela covid-19. A economia mal havia começado a se recobrar da recessão de 2015-2016. Em 2019, início do período Bolsonaro, o crescimento foi menor que em 2018. O Brasil já estava longe dos picos de atividade alcançados antes daquela crise e assim continua. No trimestre móvel terminado em setembro a indústria produziu 19,4% menos que em maio de 2011 e o varejo continuou abaixo do patamar de outubro de 2014.

Pelo menos os parlamentares do Centrão podem manter algum otimismo em relação aos próximos 10 ou 12 meses. O presidente continuará precisando de seu custoso apoio.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

PEC é limite para risco fiscal, diz chefe do BC

THAÍS BARCELLOS IDIANA TOMAZELLI

Na mesma noite em que a Câmara aprovou a PEC dos precatórios, proposta que abre espaço no Orçamento para despesas com o Auxílio Brasil, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, jantou com parlamentares e indicou que a proposta demarca uma espécie de limite para o risco fiscal, segundo apurou o Estadão/ Broadcast com três deputados presentes à reunião.

A PEC já vai abrir um espaço de R$ 91,6 bilhões para novos gastos em 2022. Na conversa, Campos Neto demonstrou que seria temerário propor qualquer nova iniciativa que resulte em despesas ainda maiores, diante do quadro delicado atual.

De acordo com esses interlocutores, o chefe do BC disse que a proposta não é determinante para consertar o desequilíbrio ou condenar a política fiscal ao fracasso, mas alertou que a deterioração de expectativas é um processo gradual. Por isso, mesmo com a redução das incertezas, é necessário observar esse limite de riscos.

O presidente do BC participou do jantar com aproximadamente dez parlamentares de diferentes partidos. O encontro foi organizado pelo deputado Danilo Forte (PSDBCE).

Campos Neto tem bom trânsito no meio político e também já participou de churrasco com ministros da ala política do governo.

Segundo deputados presentes ao encontro e ouvidos pela reportagem, o presidente do BC celebrou discretamente a aprovação da proposta em segundo turno na Câmara - a votação da PEC se deu na mesma hora em que ocorria o evento. Ele reconheceu que o texto não era o ideal e havia outros caminhos possíveis, mas uma resolução para o tema era considerada importante para reduzir incertezas.

CONTRIBUIÇÃO. Campos Neto também contou que tentou contribuir com a construção do texto no início de sua formulação, embora tenha ponderado também os seus limites institucionais para atuar nessa frente. Ele é o primeiro no cargo desde que o BC foi declarado formalmente autônomo do governo.

As mudanças patrocinadas pelo governo federal na PEC às vésperas de sua votação na Câmara foram gatilho para a deterioração das expectativas do mercado financeiro e outras instituições para o cenário econômico do Brasil, com juros na casa de dois dígitos e algumas casas prevendo recessão no ano que vem. Apenas uma parte do montante liberado será destinada ao Auxílio Brasil de R$ 400, determinado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Diante disso, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, o BC reconheceu que "questionamentos relevantes em relação ao futuro do arcabouço fiscal atual" elevaram o risco de desancoragem das expectativas de **inflação** e de juros mais altos.

Nesse ambiente, o Copom apertou o passo no processo de aumento da taxa Selic, de 1,0 para 1,50 ponto porcentual, e indicou novo aumento da mesma magnitude no encontro de dezembro, o que levaria a taxa a 9,25%.

CRESCIMENTO. No jantar, Campos Neto defendeu a importância de uma política fiscal crível que dê sustentação ao crescimento econômico, além do avanço da agenda de reformas.

Ele também se mostrou bastante aberto ao diálogo com os parlamentares e saiu do encontro elogiado

pela postura técnica, articulada e racional.

"O presidente do Banco Central, de forma suave, demonstrou preocupação com o futuro", disse o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). "A minha percepção geral é de que ele está sendo zeloso por sua função, cuidadoso em relação ao futuro e temeroso com a situação em que vivemos."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

O GLOBO / RJ - OPINIÃO - pág.: 02. Sex, 12 de Novembro de 2021
ECONOMIA

Juro é a única arma ao alcance para conter a inflação descontrolada (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

A desmoralização do teto de gastos - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Precatórios adiados abrem orçamento extra para outros Poderes

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Reação negativa a PEC pode anular impacto sobre PIB

Lucinda Pinto De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Proposta para precatórios não é calote e economia vai crescer, garante Guedes

Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Presidente faz mal para a economia, diz The Economist

Carolina Freitas De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187060?page=1&section=1